

---

# **CPCJ PORTO CENTRAL**

---

---

**RELATÓRIO 2014-2015**

---

# CPCJ PORTO CENTRAL

## - RELATÓRIO 2014-2015 –

O presente relatório foi elaborado com base nos dados disponíveis na Aplicação Informática da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) para a gestão dos Processos de Promoção e Proteção (PPP), uma vez que se pretende não só o conhecimento da realidade desta Comissão mas também a comparação com as outras duas Comissões do Porto: CPCJ Porto Oriental e CPCJ Porto Ocidental.

A aplicação da CNPDPCJ é uma ferramenta complexa que implica o dispêndio de muito tempo para que se introduzam todos os elementos necessários. No que se refere à extração de dados apenas permitem a emissão de alguns relatórios. Para colmatar o referido a CPCJ Porto Central criou uma base interna simples utilizando o programa excell. Desta, consegue extrair dados que se revelam como fundamentais para a gestão diária da Comissão e para a compreensão global da dinâmica da mesma. O carregamento de dados desta ferramenta é semanal, o que justifica o desfasamento pontual entre as duas ferramentas: aplicação informática da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e base de dados interna da CPCJ Porto Central.

Para aferir o número de processos que cada técnico geriu, nº de processos por freguesia e evolução mensal de processos utilizou-se a ferramenta interna da CPCJ.

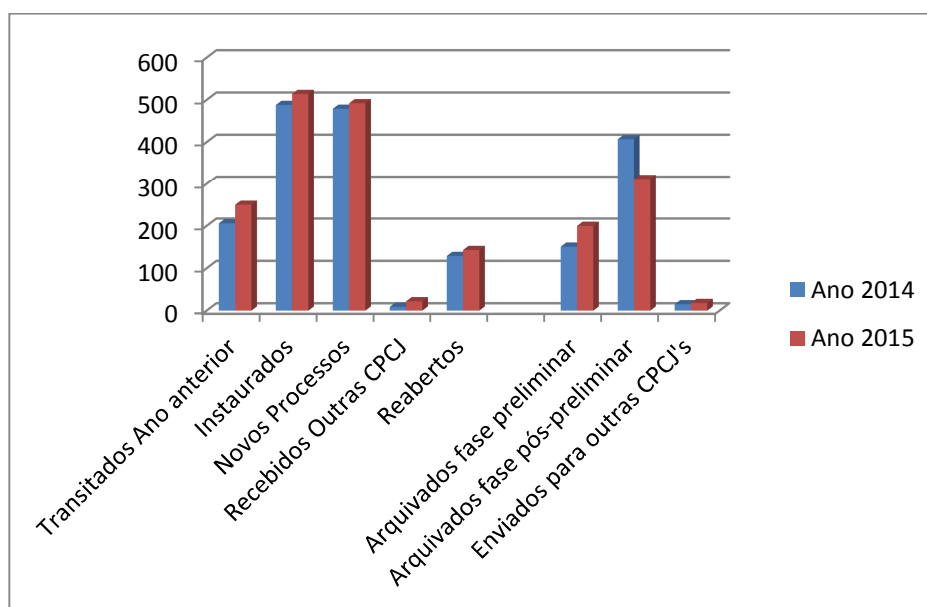
Em alguns dos quadros que foram extraídos da aplicação da Comissão Nacional aparece o item “NÃO APLICÁVEIS” que é a designação que assume relativamente aos processos transitados dos anos anteriores.

No presente relatório apresentam-se quadros onde se sistematizam os dados e gráficos para facilitar a compreensão dos mesmos. Associam-se aos referidos algumas reflexões sobre os dados encontrados que pretendem compreender a realidade desta comissão, refletir sobre eventual necessidade de se alterarem práticas de avaliação e intervenção numa perspectiva de melhoria contínua da atividade da Comissão.

## 1. Caracterização Processual Global: 2014 - 2015

Caracterização Processual		
	Ano 2014	Ano 2015
Transitados Ano anterior	206	250
Instaurados	488	514
Novos Processos	479	492
Recebidos Outras CPCJ	9	22
Reabertos	129	143
Arquivados fase preliminar	151	200
Arquivados fase pós-preliminar	407	312
Enviados para outras CPCJ's	15	18

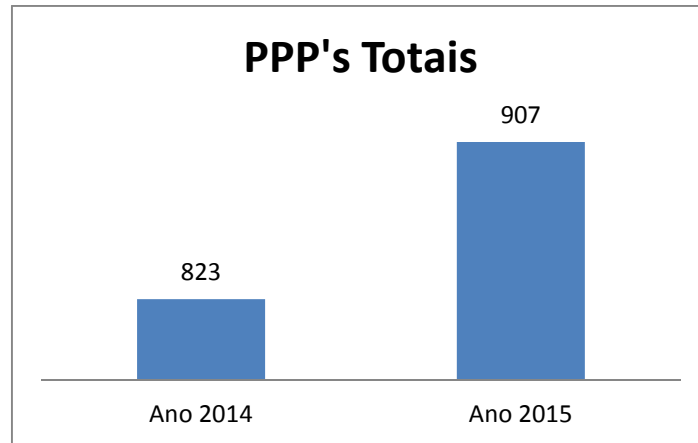
Fonte: Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP.



Quadro n.º 1 - Caracterização Processual

Ano 2014	Ano 2015
823	907

Fonte: Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP.



Quadro n.º 2 - Caracterização Processual Total

Regista-se um aumento de cerca de 100 processos entre os anos de 2014 e 2015. Apenas a partir de fevereiro de 2014 a CPCJ Porto Central passou a ter a competência territorial que mantém à data:

- Freguesia de Paranhos;
- Freguesia de Ramalde
- União de freguesias de Cedofeita, Stº Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória.

O aumento de processos também se explica pelo supra referido alargamento da área de intervenção. Sendo que com base na orientação da Comissão Nacional os processos instaurados nas outras Comissões deveriam manter-se nas referidas até serem arquivados. Considerando que os PPP podem manter-se ativos durante 18 meses em 2015 esta situação, que interfere com o volume processual das três Comissões do Porto, ficou regularizada.

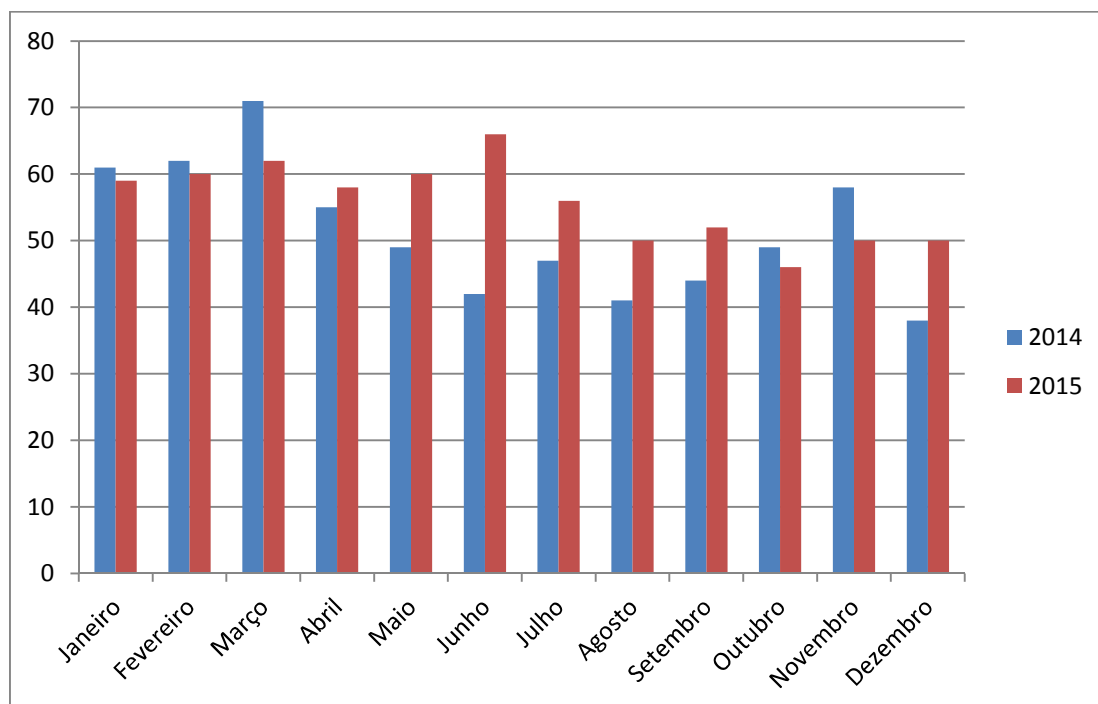
Importa analisar estes dados tendo presente que se regista uma diminuição da população infantil e juvenil a nível nacional. Nos anos de 2013 e 2014 a taxa bruta de natalidade manteve-se, no entanto, desde 1960 que assistimos a uma diminuição gradual (Fonte: INE, PORDATA). Ao considerar o referido o facto de existir um aumento de PPP em sede de Comissão torna-os mais significativos. Quando apresentarmos os dados relativos ao motivo de sinalização será possível avaliar se as situações reportadas tendem a aumentar face à gravidade das situações.

O número de processos que transitou de outras Comissões foi consideravelmente superior. Relativamente aos outros itens que constam do quadro nº1 o aumento entre os dois anos foi proporcional ao aumento global.

#### Evolução mensal

	2014		2015	
Transitados	206		250	
Janeiro	61	7%	59	6%
Fevereiro	62	8%	60	7%
Março	71	9%	62	7%
Abril	55	7%	58	6%
Maio	49	6%	60	7%
Junho	42	5%	66	7%
Julho	47	6%	56	6%
Agosto	41	5%	50	5%
Setembro	44	5%	52	6%
Outubro	49	6%	46	5%
Novembro	58	7%	50	5%
Dezembro	38	5%	50	5%
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>100%</b>	<b>919</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Base dados interna da CPCJ Porto Central



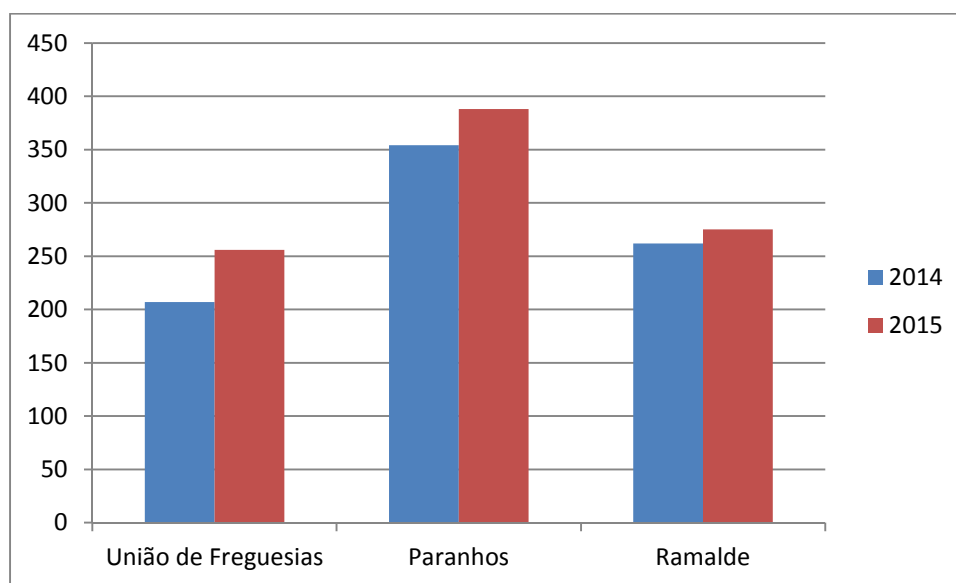
Quadro n.º 3 – Evolução mensal

O registo de processos instaurados é constante ao longo dos meses. Apenas em março de 2014 se regista um aumento para o qual não se encontra justificação.

### Caracterização Processual – Evolução por Freguesias

	2014	2015
Cedofeita	113	116
Miragaia	7	14
S. Nicolau	10	14
Sé	12	28
St. Ildefonso	53	71
Vitória	12	13
Paranhos	354	388
Ramalde	262	275
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>919</b>

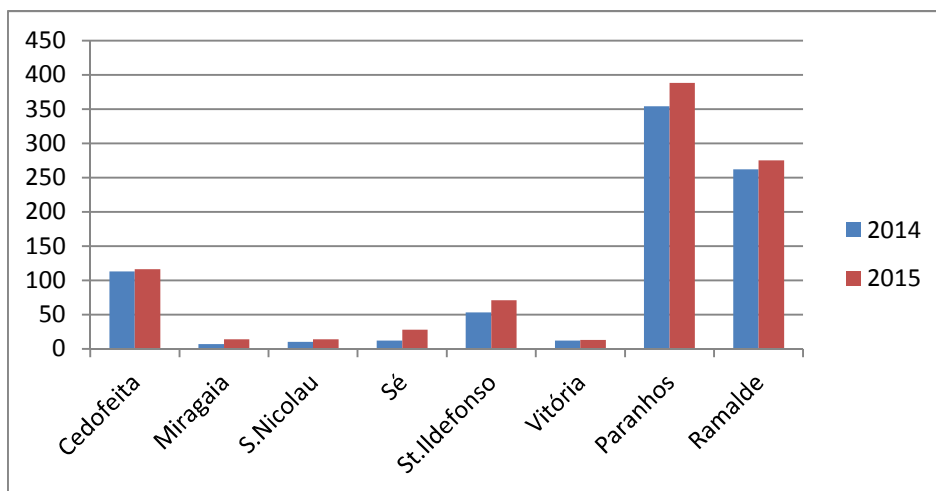
Fonte: Base dados interna da CPCJ Porto Central



Quadro n.º 4 - Caracterização Processual por Freguesia

	2014	2015
União de Freguesias	207	256
Paranhos	354	388
Ramalde	262	275
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>919</b>

Fonte: Base dados interna da CPCJ Porto Central



Quadro n.º 5 – Evolução mensal por Freguesia

Optou-se por apresentar os quadros e respectivos gráficos com a actual organização administrativa e com a anterior para facilitar a comparação de dados. A nível geral o aumento foi proporcional ao nível das várias unidades geográficas. Apenas na Sé se regista um aumento mais expressivo. Paranhos é, no entanto, a freguesia que nos dois anos regista maior número de processos, sendo que o aumento maior entre os anos referidos é na União de freguesias, onde são instaurados cerca de mais 50 processos. Esta área da Cidade é “nova” para a CPCJ Porto Central, exigindo, desta forma, maior esforço ao nível da intervenção já que o reconhecimento dos recursos se encontra em fase de implementação.

	Total hab.	% crianças/adolescentes
Ramalde	38012	14,26%
Paranhos	44298	30,40%
União Cedofeita	40440	9,57%

Fonte: P24Zizabi

Constata-se que o nº total da população nas Freguesias de Paranhos, Ramalde e União de Cedofeita (...) é semelhante, no entanto, a percentagem de crianças é substancialmente diferente. Paranhos tem maior percentagem de crianças/adolescentes o que acompanha a tendência de mais PPP's. Observa-se ainda que a União de Freguesias tem uma percentagem de crianças e adolescentes muito inferior quando comparada com as outras duas Freguesias em análise. Contudo o número de PPP é muito semelhante entre a União de Freguesias de Cedofeita e Ramalde, o que nos leva a concluir que é fundamental direccionar para esta área da cidade acções de prevenção, de promoção e de protecção para crianças e jovens.

## 2. Processos de Promoção e Proteção por Técnicos Gestores

Processos de Promoção e Proteção por Técnicos Gestores		
	Ano 2014	Ano 2015
Ana Afonso (CMP)	47	112
Anabela Nascimento (CMP)	182	15
Catarina Pinho (ME)	19	113
Célia Carvalho (CMP)	134	109
Clara Varandas (SS)	0	133
Filomena Monteiro (SS)	57	9
Mónica Garcia (SS)	125	138
Otilia Castro (CMP)	0	71
Paula Torres (SS)	173	177
Ricardo Azevedo (ODPS)	32	0
Rúben Carneiro (TC)	0	21
Susana Carvalho (ODPS)	0	21
Fátima Rocha	50	0
Sem informação	4	0
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>919</b>

**Fonte:** Base dados interna da CPCJ Porto Central

A atribuição dos processos é semanal e da responsabilidade da presidente da Comissão. São critérios para a atribuição de PPP o tempo de afetação do técnico, as competências profissionais e pessoais do referido e o número que semanalmente vai arquivando.

Lourdes Guimarães e Guilherme Mieiro desempenharam ainda funções na CPCJ durante o mês de Janeiro de 2014 tendo ainda gerido respetivamente 3 e 1 processos, no entanto, incluíram-se os referidos na Gestão de Célia Carvalho dado que os processos foram geridos em comum com esta.

A gestão dos processos tem uma dinâmica muito própria, em respeito pelos procedimentos e princípios legais, nomeadamente, do superior interesse da criança. O Técnico Gestor desenvolve as diligências necessárias, apenas durante o tempo que considera indispensável para remover a situação de perigo a que a mesma se encontra exposta no momento da sinalização. Assim, existem processos que inicialmente se apresentam complexos e com o apoio de estruturas de primeira linha (Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude-ECMIJ), dos próprios e dos principais cuidadores se conseguem ultrapassar em curto espaço temporal e situações



onde se registam obstáculos, avanços e recuos que exigem maior atenção do Técnico Gestor e, por isso, maior período de permanência sob a gestão da Comissão.

Relativamente à equipa de Técnicos Gestores regista-se que metade (n=7) não desempenhou funções nesta Comissão no período completo dos dois anos. Importa ainda referir que em 2015, três dos elementos da equipa nunca estiveram presentes a 100% e em 2015 observou-se igual situação para dois. Em 2014 apenas 4 elementos estiveram a 100% e durante todo o ano e em 2015 registou-se o mesmo número (N= 4) embora um dos elementos não seja o mesmo.

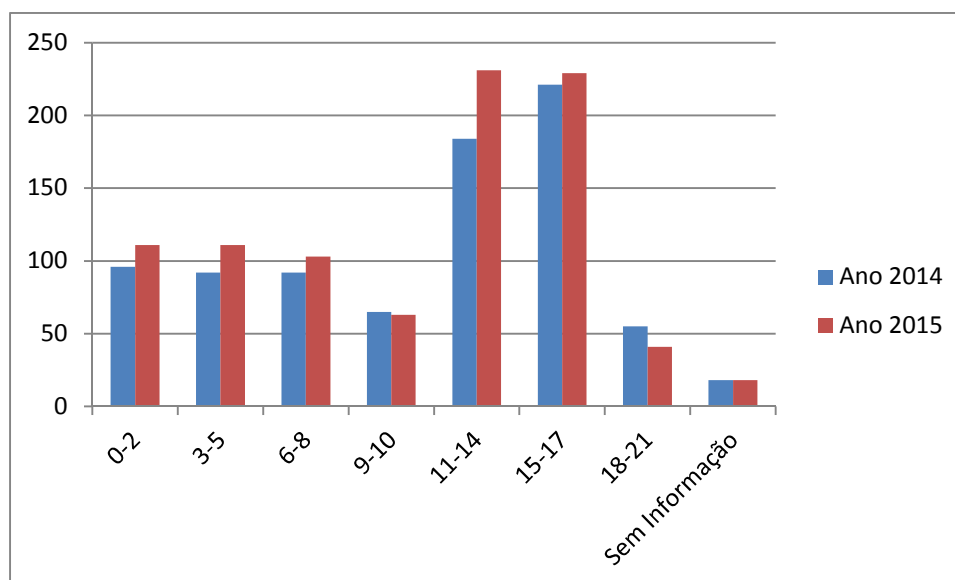
O esforço individual de integração dos vários técnicos e da equipa é pois permanente o que coloca grandes exigências ao nível da dinâmica e gestão da equipa. Acresce ao referido o facto de os Técnicos iniciarem atividade sem beneficiarem de formação prévia.

O empenho e profissionalismo dos diferentes técnicos têm sido fundamentais para minimizar os efeitos negativos do referido. No entanto, esta situação tem repercussão directa nomeadamente na dinamização da Comissão na sua modalidade alargada que exige a motivação e disponibilidade para além da gestão diária dos processos.

### 3. Crianças/Jovens Acompanhados por Escalão Etário

Crianças/Jovens Acompanhados por Escalão Etário		
	Ano 2014	Ano 2015
0-2	96	111
3-5	92	111
6-8	92	103
9-10	65	63
11-14	184	231
15-17	221	229
18-21	55	41
Sem Informação	18	18
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>907</b>

**Fonte:** Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP.



Quadro n.º 6 – Crianças/Jovens Acompanhados por Escalão Etário

A maior parte das sinalizações são relativas a crianças com mais de 11 anos. Esta situação poderá explicar-se por duas razões: estar previsto no estatuto do aluno a obrigatoriedade de comunicação dos estabelecimentos de ensino, das situações de abandono e absentismo e obrigatoriedade legal da PSP comunicar quando os adolescentes fazem pequenos furtos e ou estão envolvidos em situações de conflito, nomeadamente agressões em espaços públicos.

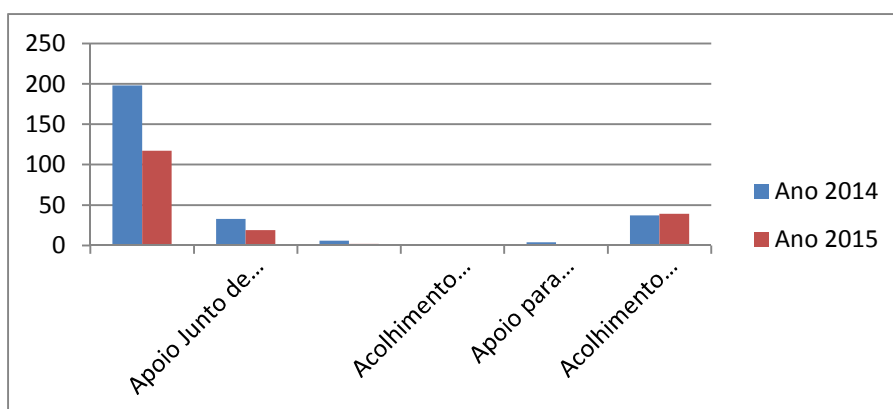
O facto da maior parte das sinalizações ser de adolescentes tem sido já refletido, nomeadamente, com as estruturas da saúde, dado que se constata que existem situações em que as crianças foram nos primeiros anos de vida encaminhadas para especialidades que nunca chegaram a comparecer e apenas na adolescência,

quando a situação comportamental se agrava, se identifica que existem encaminhamentos da saúde que não se chegaram a concretizar. A sinalização precoce é fundamental para que possa produzir efeitos de forma mais consequente, “porque a infância não se repete”.

#### 4. Medidas de Promoção e Proteção

Medidas de Promoção e Proteção		
	Ano 2014	Ano 2015
Apoio Junto dos Pais	198	117
Apoio Junto de Outro Familiar	33	19
Confiança a Pessoa Idónea	6	2
Acolhimento Familiar	1	1
Apoio para Autonomia de Vida	4	1
Acolhimento Residencial	37	39
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>179</b>

Fonte: Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP



Quadro n.º 7 – Medidas de Promoção e Proteção

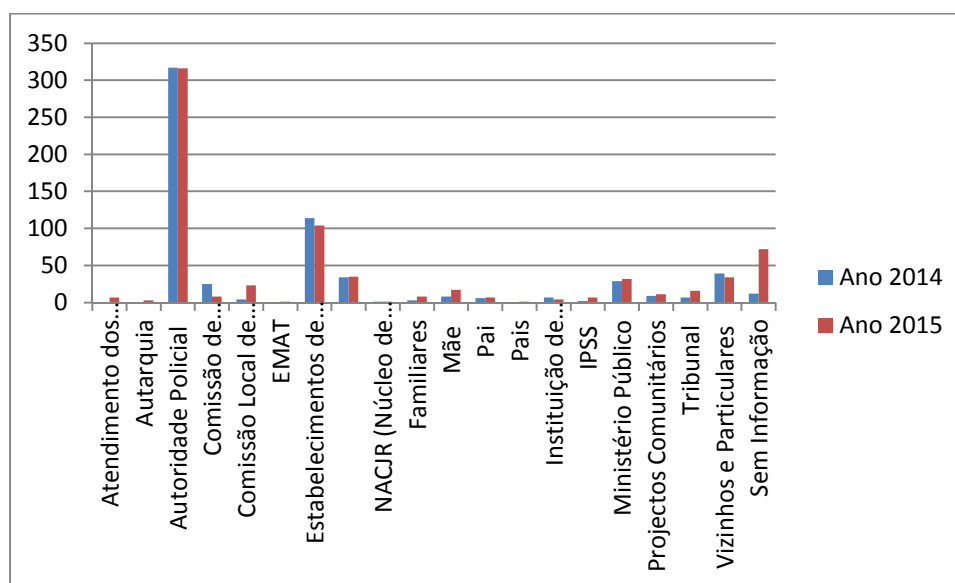
A actualização das medidas na aplicação constitui uma das principais fragilidades, já que os Técnicos Gestores habitualmente actualizam a mesma, por vezes, quando arquivam os PPP e a flutuação de técnicos não facilita a formação dos mesmos no que se refere ao bom uso desta ferramenta informática. Assim, assumindo que existem medidas que no ano de 2015 não se encontravam ainda actualizadas aquando da extracção dos relatórios é, no entanto, possível constatar que se respeita a orientação legal no sentido de se privilegiar a prevalência em meio natural de vida, junto dos pais. Relativamente à medida de acolhimento residencial entre os anos em análise não se regista grande diferença no valor total, contudo, registou-se em 2015 grande flutuação: foram remetidos PPP para o Ministério Público, crianças e jovens regressaram para o meio natural de vida.

## 5. Sinalizações

### Entidades Sinalizadoras

	Ano 2014	Ano 2015
Atendimento dos Serviços de Segurança Social	0	7
Autarquia	0	3
Autoridade Policial	317	316
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	25	8
Comissão Local de Acompanhamento do RSI	4	23
EMAT	0	1
Estabelecimentos de Ensino	114	104
Estabelecimentos de Saúde	34	35
NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco)	1	1
Familiares	3	8
Mãe	8	17
Pai	6	7
Pais	0	1
Instituição de Acolhimento (Lar/CAT)	7	4
IPSS	2	7
Ministério Público	29	32
Projectos Comunitários	9	11
Tribunal	7	16
Vizinhos e Particulares	39	34
Sem Informação	12	72
Transitados	206	200
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>907</b>

Fonte: Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP.



Quadro n.º 8 – Entidades Sinalizadoras

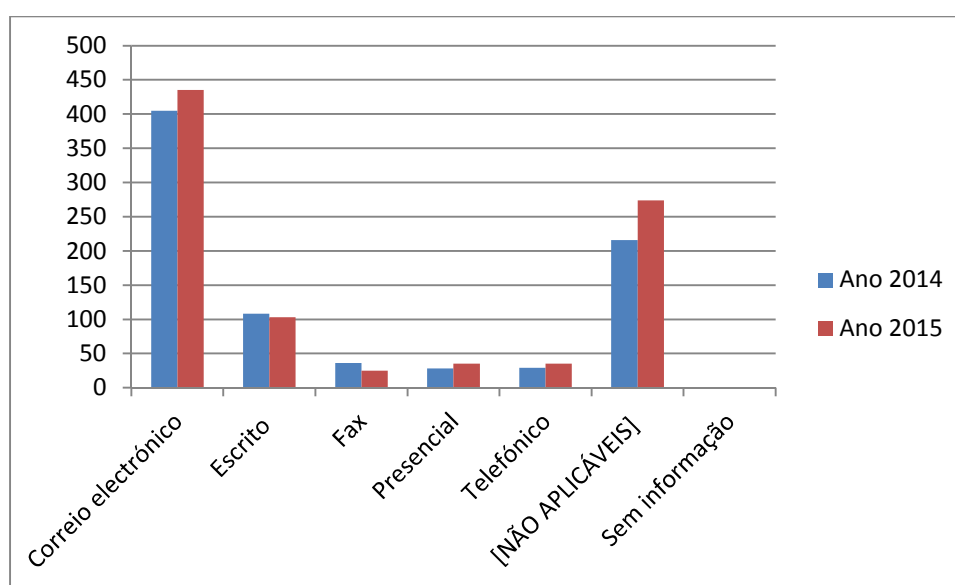
Relativamente às sinalizações, nos dois anos consecutivos, a PSP é a entidade principal porque reporta todas as situações de Violência Doméstica dos agregados que integram crianças, pequenos furtos, consumos de substâncias ilegais ou desentendimentos/agressões entre adolescentes.

Regista-se um aumento das sinalizações por familiares (particularmente mães) que aparecem habitualmente relacionadas com as questões comportamentais e a dificuldade que apresentam para lidar com as situações. O incumprimento no que se refere ao estipulado nos Processos Judiciais de Regulação do Poder Paternal também é por vezes reportado pelos progenitores (directamente ou através da PSP) revelando dificuldade em compreender a diferença ao nível da intervenção da Comissão e do Tribunal. Registam-se também situações em que os pais comparecem na Comissão por indicação do próprio Tribunal.

## 6. Sinalizações: Modalidade de Contacto

	Ano 2014	Ano 2015
Correio electrónico	405	435
Escrito	108	103
Fax	36	25
Presencial	28	35
Telefónico	29	35
[NÃO APLICÁVEIS]	216	274
Sem informação	1	0
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>907</b>

Fonte: Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP.



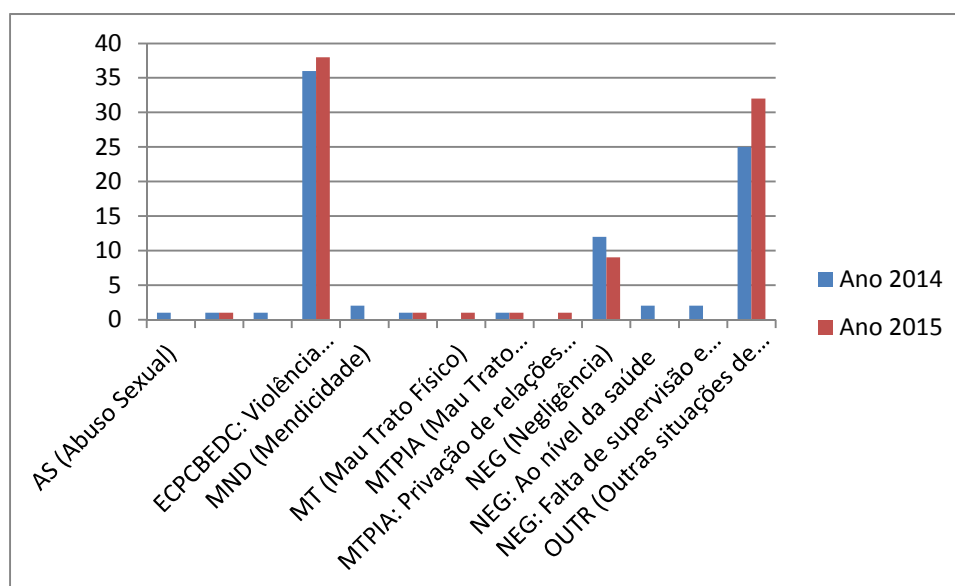
Quadro n.º 9 – Sinalizações: Modalidade de Contacto

Nos anos em análise, 2014 e 2015, o correio electrónico é o meio mais utilizado. Pretende-se eliminar as comunicações através de fax, a favor das comunicações por correio electrónico. No entanto, existem entidades que ainda usam este meio, nomeadamente, a Instância Central de Família e Menores do Porto, pelo que o mesmo se manterá.

## 7. Problemática Sinalizada por Escalão Etário

### Problemática Sinalizada por Escalão Etário 0-2

	Ano 2014	Ano 2015
AS (Abuso Sexual)	1	0
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	1	1
ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	1	0
ECPCBEDC: Violência Doméstica	36	38
MND (Mendicidade)	2	0
MND: Utilização da criança na prática da mendicidade	1	1
MT (Mau Trato Físico)	0	1
MTPIA (Mau Trato psicológico ou indiferença afectiva)	1	1
MTPIA: Privação de relações afectivas e de contacto sociais	0	1
NEG (Negligência)	12	9
NEG: Ao nível da saúde	2	0
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	2	0
OUTR (Outras situações de perigo)	25	32

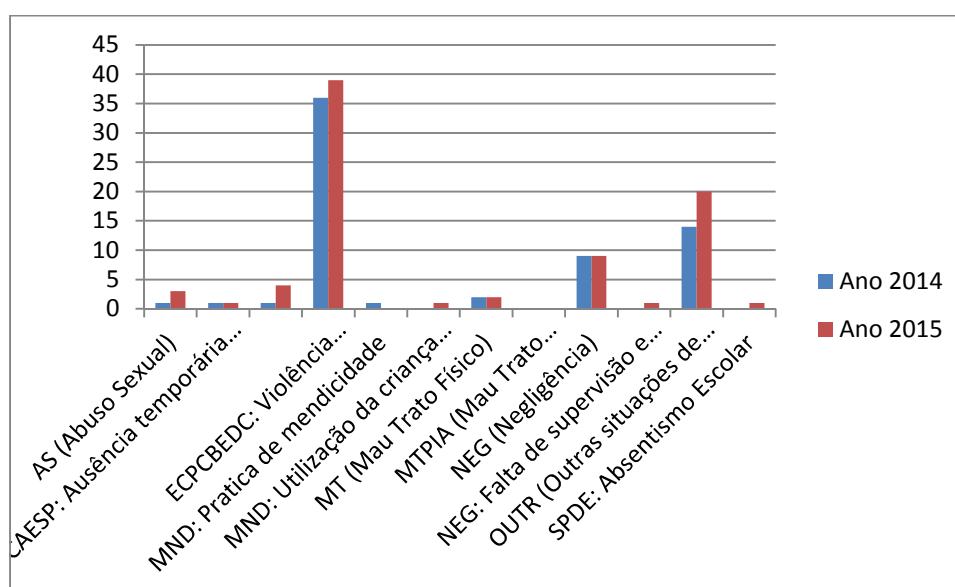


Quadro n.º 10 – Problemática Sinalizada por Escalão Etário 0-2

### Problemática Sinalizada por Escalão Etário 3-5

	Ano 2014	Ano 2015
AS (Abuso Sexual)	1	3
CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro	1	1

ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	1	4
ECPCBEDC: Violência Doméstica	36	39
MND: Pratica de mendicidade	1	0
MND: Utilização da criança na pratica da mendicidade	0	1
MT (Mau Trato Físico)	2	2
MTPIA (Mau Trato psicológico ou indiferença afectiva)	0	0
NEG (Negligência)	9	9
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	0	1
OUTR (Outras situações de perigo)	14	20
SPDE: Absentismo Escolar	0	1



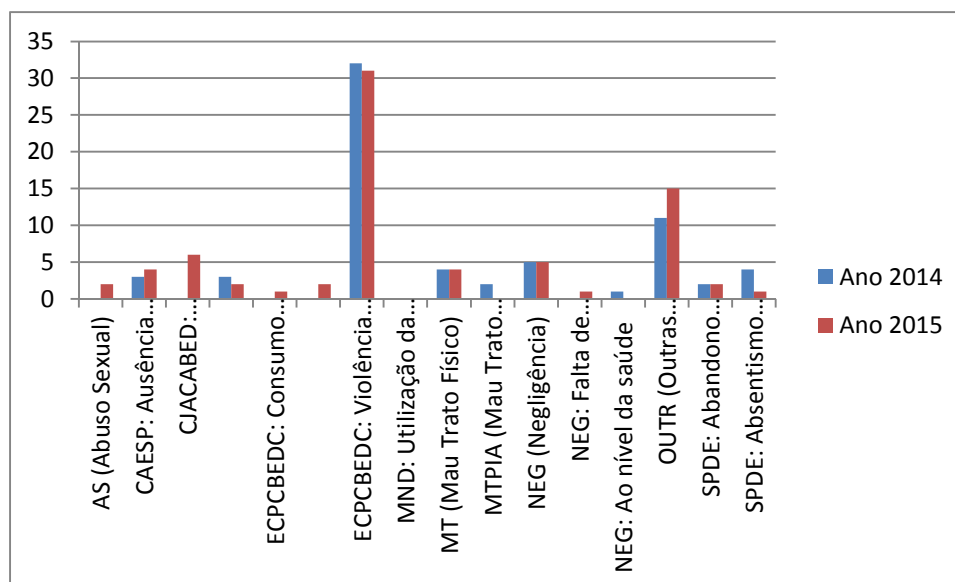
Quadro n.º 11 – Problemática Sinalizada por Escalão Etário 3-5

#### Problemática Sinalizada por Escalão Etário 6-8

	Ano 2014	Ano 2015
AS (Abuso Sexual)	0	2
CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro	3	4
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in	0	6
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	3	2
ECPCBEDC: Consumo de álcool	0	1
ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	0	2
ECPCBEDC: Violência Doméstica	32	31
MND: Utilização da criança na pratica da mendicidade	0	0
MT (Mau Trato Físico)	4	4
MTPIA (Mau Trato psicológico ou indiferença afectiva)	2	0



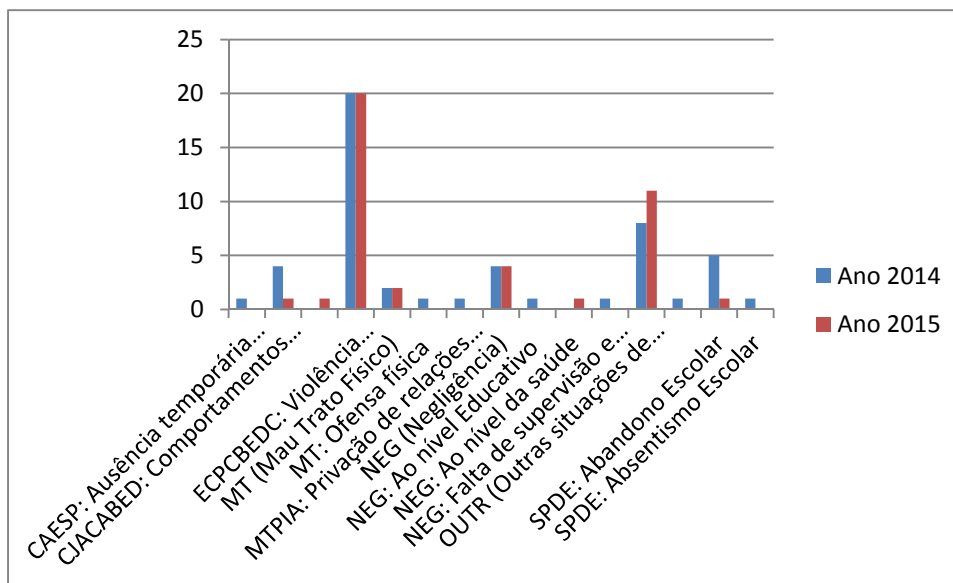
NEG (Negligência)	5	5
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	0	1
NEG: Ao nível da saúde	1	0
OUTR (Outras situações de perigo)	11	15
SPDE: Abandono Escolar	2	2
SPDE: Absentismo Escolar	4	1



Quadro n.º 12 – Problemática Sinalizada por Escalão Etário 6-8

#### Problemática Sinalizada por Escalão Etário 9-10

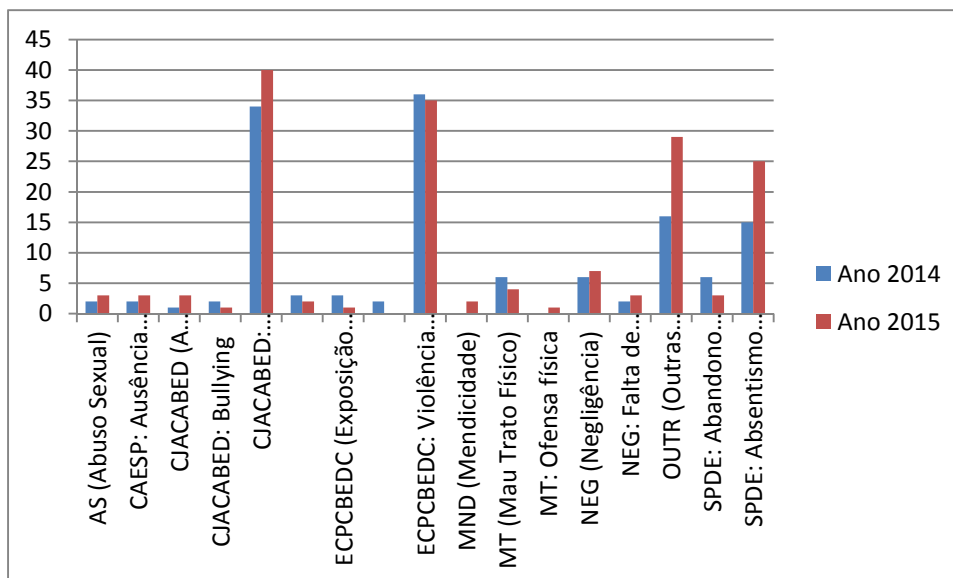
	Ano 2014	Ano 2015
CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro	1	0
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in	4	1
ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	0	1
ECPCBEDC: Violência Doméstica	20	20
MT (Mau Trato Físico)	2	2
MT: Ofensa física	1	0
MTPIA: Privação de relações afectivas e de contacto sociais	1	0
NEG (Negligência)	4	4
NEG: Ao nível Educativo	1	0
NEG: Ao nível da saúde	0	1
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	1	0
OUTR (Outras situações de perigo)	8	11
SPDE (Situações de perigo em que esteja em causa o Direi	1	0
SPDE: Abandono Escolar	5	1
SPDE: Absentismo Escolar	1	0



Quadro n.º 13 – Problemática Sinalizada por Escalão Etário 9-10

#### Problemática Sinalizada por Escalão Etário 11-14

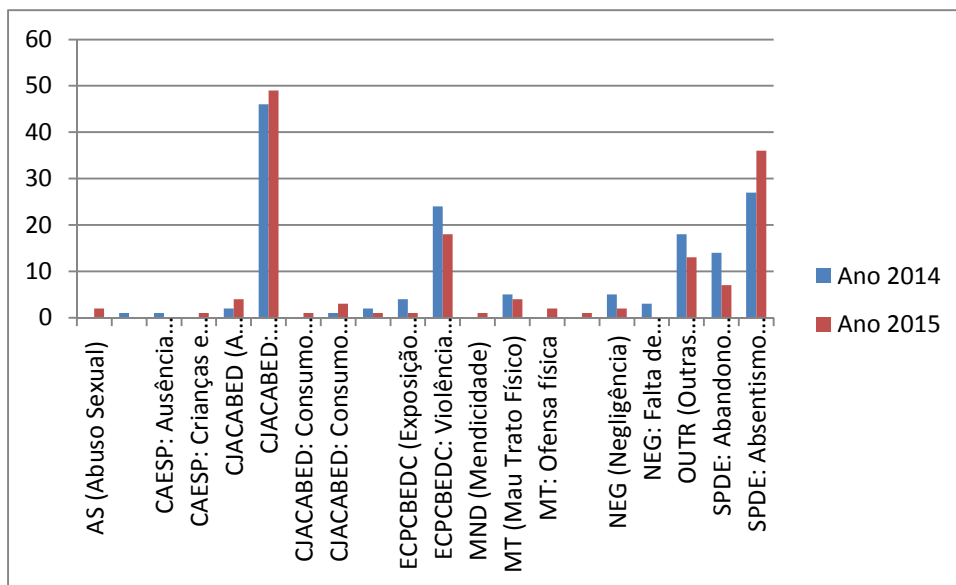
	Ano 2014	Ano 2015
AS (Abuso Sexual)	2	3
CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro	2	3
CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos qu	1	3
CJACABED: Bullying	2	1
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in	34	40
CJACABED: Outros comportamentos	3	2
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	3	1
ECPCBEDC: Consumo de álcool	2	0
ECPCBEDC: Violência Doméstica	36	35
MND (Mendicidade)	0	2
MT (Mau Trato Físico)	6	4
MT: Ofensa física	0	1
NEG (Negligência)	6	7
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	2	3
OUTR (Outras situações de perigo)	16	29
SPDE: Abandono Escolar	6	3



Quadro n.º 14 – Problemática Sinalizada por Escalão Etário 11-14

#### Problemática Sinalizada por Escalão Etário 15-17

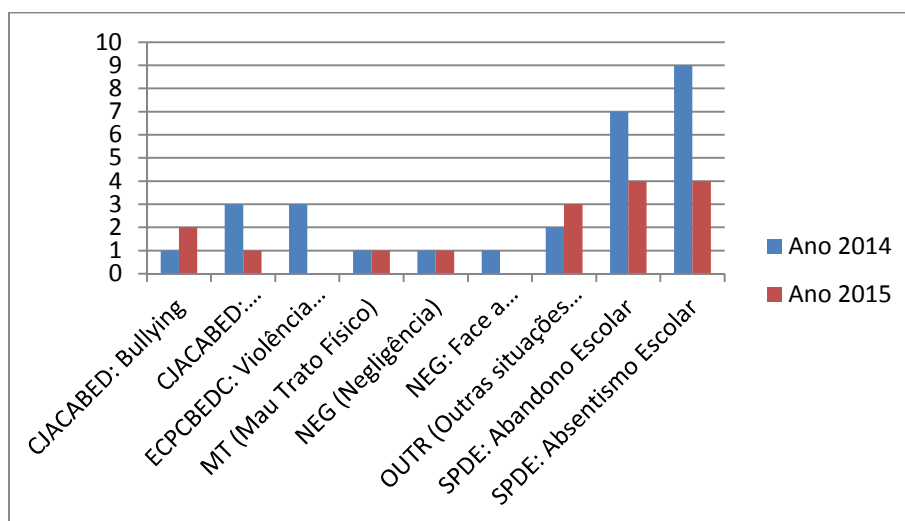
	Ano 2014	Ano 2015
AS (Abuso Sexual)	0	2
CAESP: Ausência permanente de suporte familiar ou outro	1	0
CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro	1	0
CAESP: Crianças e jovens não acompanhados	0	1
CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos qu	2	4
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in	46	49
CJACABED: Consumo de Bebidas Alcoólicas	0	1
CJACABED: Consumo de Estupefacientes	1	3
CJACABED: Outros comportamentos	2	1
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	4	1
ECPCBEDC: Violência Doméstica	24	18
MND (Mendicidade)	0	1
MT (Mau Trato Físico)	5	4
MT: Ofensa física	0	2
MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica	0	1
NEG (Negligência)	5	2
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	3	0
OUTR (Outras situações de perigo)	18	13
SPDE: Abandono Escolar	14	7
SPDE: Absentismo Escolar	27	36



Quadro n.º 15 – Problemática Sinalizada por Escalão Etário 15-17

**Problemática Sinalizada por Escalão Etário 18-21**

	Ano 2014	Ano 2015
CJACABED: Bullying	1	2
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in	3	1
ECPCBEDC: Violência Doméstica	3	0
MT (Mau Trato Físico)	1	1
NEG (Negligência)	1	1
NEG: Face a comportamentos da criança/jovem	1	0
OUTR (Outras situações de perigo)	2	3
SPDE: Abandono Escolar	7	4
SPDE: Absentismo Escolar	9	4



Quadro n.º 16 – Problemática Sinalizada por Escalão Etário 18-21

### Problemática Sinalizada por Escalão Etário 0-21

	Ano 2014	Ano 2015
[NÃO APLICÁVEIS]	236	303

As situações “NÃO APLICÁVEIS” reportam-se aos processos transitados dos anos anteriores que a aplicação da Comissão Nacional assume desta forma.

Destaca-se dos quadros relativos à problemática de sinalização por faixa etária o facto do motivo de sinalização por violência doméstica ser o maior até o escalão etário 11-14, assumindo a partir deste escalão, as situações de comportamentos graves de indisciplina e de absentismo, maior expressão.

Os abusos sexuais reportados aumentam para o dobro em 2015, embora felizmente sejam residuais face aos números totais.

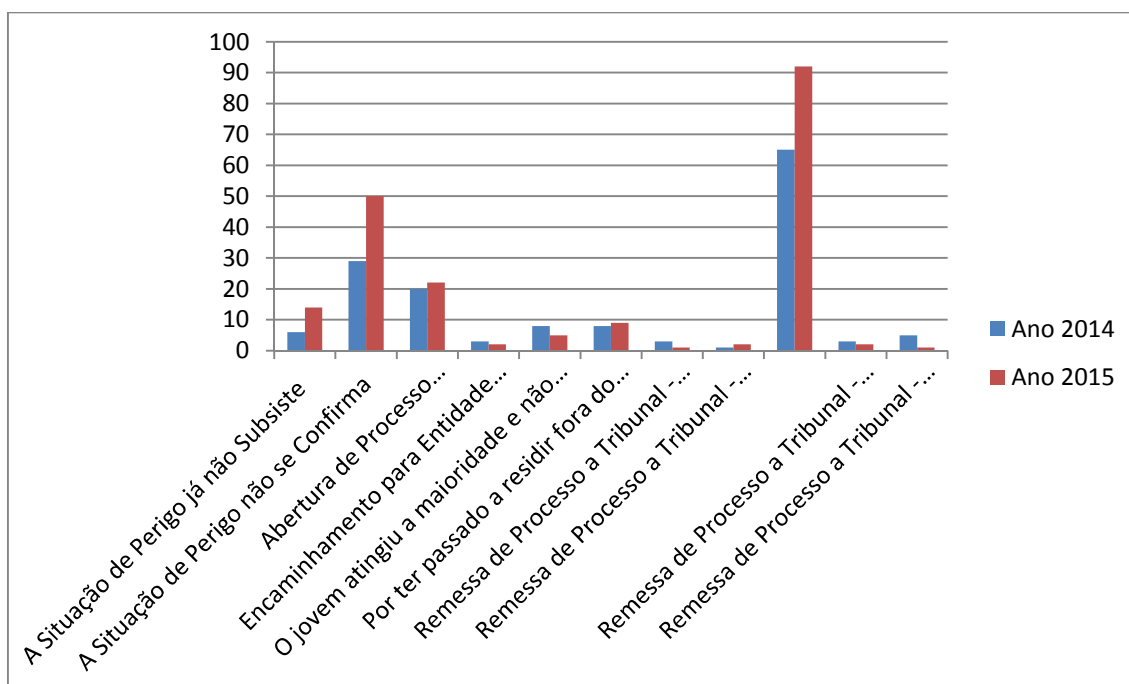
Uma análise de conteúdo aos PPP é fundamental para que seja possível avaliar da gravidade das situações. A percepção da equipa é que a gravidade das situações tem aumentado.

## 8. Processos Arquivados

### Processos Arquivados/Cessados Liminares por Motivo

	Ano 2014	Ano 2015
A Situação de Perigo já não Subsiste	6	14
A Situação de Perigo não se Confirma	29	50
Abertura de Processo indevidamente por informação incorrecta na sinalização	20	22
Encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude	3	2
O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção ou completou 21 anos	8	5
Por ter passado a residir fora do território nacional	8	9
Remessa de Processo a Tribunal - Apensação a Processo Judicial	3	1
Remessa de Processo a Tribunal - Aplicação de Procedimento de Urgência	1	2
Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Consentimento para Intervenção	65	92
Remessa de Processo a Tribunal - Oposição da Criança/Jovem	3	2
Remessa de Processo a Tribunal - Sinalização a Tribunal Competente	5	1
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>200</b>

Fonte: Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP.

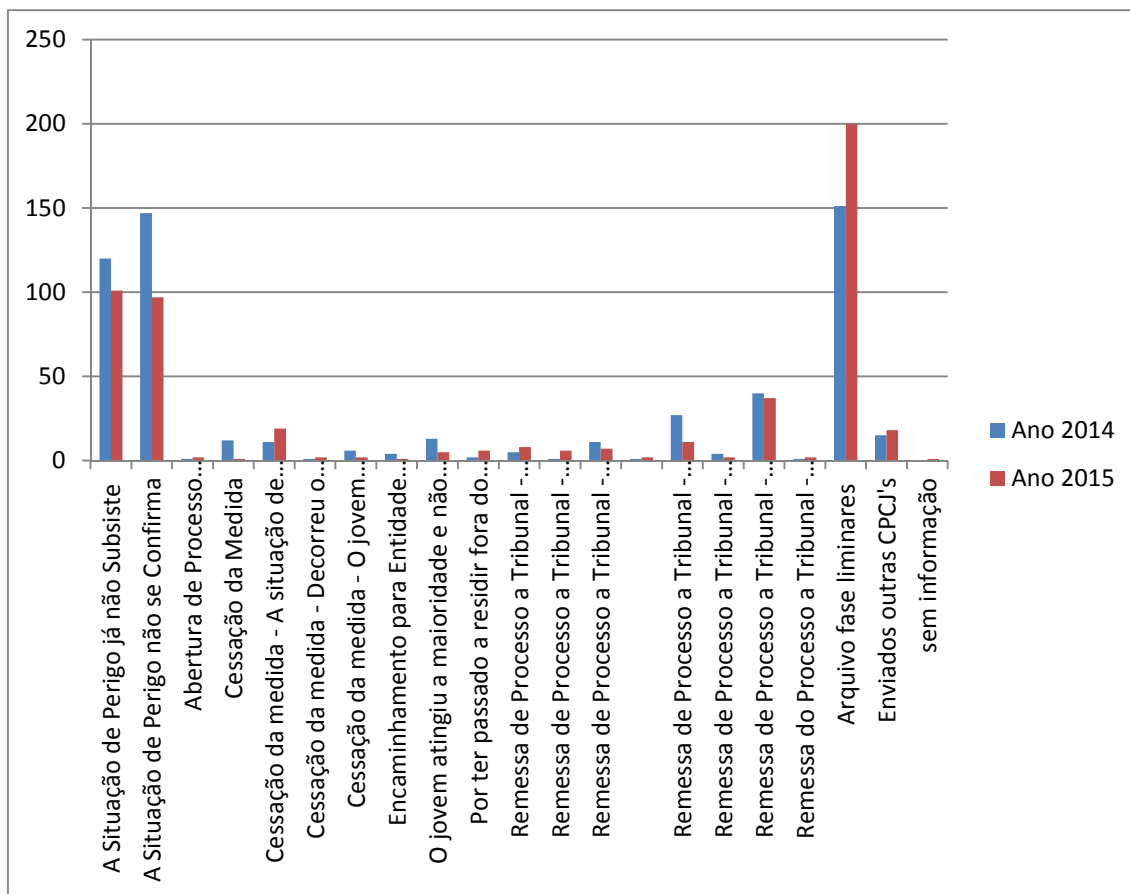


Quadro n.º 17 – Processos Arquivados/Cessados Liminares por Motivo

**Processos Arquivados/Cessados por Motivo**

	<b>Ano 2014</b>	<b>Ano 2015</b>
A Situação de Perigo já não Subsiste	120	101
A Situação de Perigo não se Confirma	147	97
Abertura de Processo indevidamente por informação incorrecta na sinalização	1	2
Cessação da Medida	12	1
Cessação da medida - A situação de Perigo já não subsiste	11	19
Cessação da medida - Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsiste	1	2
Cessação da medida - O jovem atingiu a maioridade ou completou 21 anos	6	2
Encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude	4	1
O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção ou completou 21 anos	13	5
Por ter passado a residir fora do território nacional	2	6
Remessa de Processo a Tribunal - Apensação a Processo Judicial	5	8
Remessa de Processo a Tribunal - Aplicação de Procedimento de Urgência	1	6
Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Acordo de Promoção e Protecção	11	7
Remessa de Processo a Tribunal - Indisponibilidade de Meios para Aplicar/Executar a Medida	1	2
Remessa de Processo a Tribunal - Não Cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Protecção	27	11
Remessa de Processo a Tribunal - Oposição da Criança/Jovem	4	2
Remessa de Processo a Tribunal - Retirada de Consentimento para Intervenção	40	37
Remessa do Processo a Tribunal - Oposição da Criança/Jovem	1	2
Arquivo fase liminares	151	200
Enviados outras CPCJ's	15	18
Sem informação	0	1
	573	530

**Fonte:** Aplicação Informática da CNPDPCJ para a gestão dos PPP.



Quadro n.º 18 – Processos Arquivados/Cessados por Motivo

No que se refere aos arquivamentos destacam-se as remessas para Tribunal das situaçoes em que não foi possível obter o consentimento para a intervençao e o arquivamento em que não se identificam situaçoes de perigo. Relativamente à primeira julga-se necessário aprofundar o motivo desta ocorrência mas considera-se que poderá estar relacionada com o facto dos principais cuidadores contactados já conhecerem o sistema de promoçao e proteçao e preferirem a intervençao judicial, por considerarem que poderá existir arquivo imediato apenas com audiéncia prescindindo-se de outras diligéncias.



## 9. Conclusões

A aplicação da CNPDPCJ é uma ferramenta complexa que implica o dispêndio de muito tempo e não permite a extracção de dados necessária à gestão diária da Comissão. Esta situação determina a necessidade de se criar base interna e duplicar trabalho no que se refere à introdução de dados.

Regista-se um aumento global de PPP, entre os anos em análise: 2014-2015.

O registo de processos instaurados é constante ao longo dos meses.

No que se refere aos PPP por freguesia, apenas na Sé se regista um aumento mais expressivo. Paranhos é a freguesia que nos dois anos regista maior número de processos, sendo que o aumento maior entre os anos referidos é na União de freguesias, onde são instaurados cerca de mais 50 processos.

Constata-se que o nº total da população nas Freguesias de Paranhos, Ramalde e União de Cedofeita (...) é semelhante, no entanto, a percentagem de crianças é substancialmente diferente. Relacionando o número de PPP com a população e a percentagem de crianças constata-se que a União de Freguesias de Cedofeita (...) é a área que mais carece de intervenção ao nível acções de prevenção, de promoção e de protecção para crianças e jovens

Relativamente à equipa de Técnicos Gestores regista-se grande flutuação, apenas 3 elementos estiveram a 100% nos dois anos de forma ininterrupta.

Os técnicos iniciam actividade sem formação prévia. O esforço de integração de novos elementos e de gestão da equipa é grande. Esforço e empenho de todos elementos da equipa permite ultrapassar os constrangimentos referidos. A Dinamização da Comissão na sua modalidade alargada é prejudicada pelo referido.

Nos anos em análise, 2014 e 2015, o correio electrónico é o meio de comunicação para as sinalizações mais utilizado e apresenta-se como o mais adequado.

A maior parte das sinalizações é relativa a crianças com mais de 11 anos. As ECMIJ não estão sensibilizadas para a importância da sinalização precoce, particularmente as estruturas da saúde.

O principal motivo de sinalização até aos 11 anos é a exposição a Violência Doméstica, depois as situações de absentismo e abandono escolar, os problemas de comportamentos das crianças/jovens assumem igual impacto.

Os abusos sexuais reportados aumentam para o dobro em 2015, embora felizmente sejam residuais face aos números totais.

No ano de 2015 a aplicação Informática da CNPDPCJ não se encontra atualizada no que se refere às medidas aplicadas. É possível, no entanto, constatar que se respeita a prevalência em meio natural de vida, particularmente junto dos pais. Entre 2014 e

2015 o número de crianças e jovens acolhidas em instituição na globalidade é constante apesar de se constatarem oscilações: foram remetidos PPP para o Ministério Público, crianças e jovens que regressaram para o meio natural de vida.

Considera-se importante desenvolver análise de maior pormenor de forma a encontrar elementos que justifiquem e permitam qualificar a actividade da Comissão nas seguintes áreas:

- Ferramentas informáticas de registo da actividade da Comissão;
- Remessa de PPP por ausência de consentimento para a intervenção;
- Sensibilização das entidades responsáveis pela cedência de recursos Humanos, para a importância de garantir estabilidade na equipa
- Dinamização de ações de prevenção, promoção e de protecção das crianças e jovens na União de Freguesias de Cedofeita (...)

## **Siglas**

Comissão Nacional: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)

Processo: Processo de Promoção e Proteção (PPP)

Comissão: Comissão de Proteção Crianças e Jovens (CPCJ) Porto Central

União de Freguesias de Cedofeita (...): União de Freguesias de Cedofeita, St<sup>o</sup> Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória

Anexam-se ao presente documento os relatórios extraídos da aplicação da Comissão Nacional uma vez que é a partir destes que se elabora parte dos quadros e gráficos.